



POLÍTICA EDUCACIONAL E GOVERNO BOLSONARO: “Conta pra Mim”, Escolas Cívico-Militares e “Future-se”

Thales Eduardo de Oliveira Martins¹
Janaina Lopes do Nascimento Duarte²

Resumo

Este artigo analisa os principais programas direcionados à educação durante o Governo Bolsonaro, considerando a particularidade brasileira de capitalismo dependente. Realiza uma pesquisa qualitativa, a partir do levantamento bibliográfico sobre a temática e de uma pesquisa documental, com destaque para os Programas “Conta pra Mim”, Escola Cívico-Militares e “Future-se”. Os resultados foram sistematizados em dois tópicos: 1) repercussões do capitalismo dependente na política de educação; 2) política de educação e os direcionamentos do Governo Bolsonaro; 2.1) Programa “Conta pra Mim”; 2.2) Programa Escolas Cívico-Militares; e 2.3) “FUTURE-SE”. Verifica, ainda, a presença de traços neofascistas no Governo Bolsonaro que estimularam o processo em curso de privatização da educação, militarização dos espaços educacionais e do controle ideológico da classe trabalhadora e seus descendentes.

Palavras-Chave: Governo Bolsonaro; política de educação; “Conta pra Mim”; Escolas Cívico-Militares; “Future-se”.

EDUCATIONAL POLICY AND BOLSONARO GOVERNMENT: “Conta pra Mim”, Civic-Military Schools and “Future-se”

Abstract

This article analyzes the main programs aimed at education during the Bolsonaro Government, considering the Brazilian particularity of dependent capitalism. Qualitative research was carried out, based on a bibliographical survey on the subject and documentary research, with emphasis on the Programs “Conta pra Mim”, Civic-Military school and “Future-se”. The results were systematized into two topics: 1) repercussions of dependent capitalism on education policy; 2) education policy and the guidelines of the Bolsonaro Government; 2.1) “Conta pra Mim” program; 2.2) Civic-Military Schools Program; and 2.3) “Future-se”. The presence of neo-fascist traits in the Bolsonaro Government was verified, which stimulated the ongoing process of privatization of education, militarization of educational spaces, and ideological control of the working class and their descendants.

Keywords: Bolsonaro Government; education policy; “Conta pra Mim”; Civic-Military Schools; “Future-se”.

Artigo recebido em: 14/12/2023 Aprovado em: 21/11/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28n2.2024.48>

¹ Assistente Social. Graduado em Serviço Social (UnB). Aprovado no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), edital 02/2023. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas de Educação e Serviço Social no capitalismo dependente (GEDUSSC) da Universidade de Brasília (UnB), certificado no Diretório do CNPq. E-mail: thalesmartins.unb@gmail.com

² Doutora em Serviço Social (UFRJ). Mestre em Serviço Social pela UFRN. Graduada em Serviço Social pela UFPE. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB. Pesquisadora Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente – GEDUSSC (UnB). Vice-líder da Rede CADESS - Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social (GEDUSSC/UnB e GEPESS/UFF). E-mail: jana.lopesduarte@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa na área de conhecimento do Serviço Social, realizada em uma universidade pública, sobre os direcionamentos do Governo Bolsonaro para a política de educação no Brasil. Objetiva analisar, de forma sumária, os principais programas que conduziram a política de educação no contexto do Governo Bolsonaro (2019-2022), particularizando o modo dependente como o Brasil se insere no capitalismo mundial.

O processo de admissão de tendências fascistas no direcionamento dos aparelhos estatais é repercutido de forma contundente na política de educação, especialmente durante o Governo Bolsonaro. As inquietações a respeito do cenário marcado pelo aprofundamento do neoliberalismo, aliado à intensificação do controle político-ideológico no campo educacional, representaram a principal motivação para a realização deste artigo, além dos debates coletivos realizados em Grupo de Pesquisa inserido em uma universidade pública brasileira. Por isso, este estudo surge como consequência de reflexões provocadas pela realidade brasileira e da concepção de educação que foi efetivada nas ações governamentais durante o período analisado. Além disso, justifica-se pela necessidade de compreender os aspectos que envolvem o contexto recente para que, desse modo, seja possível lutar por uma educação, de fato, pública e universal.

Foi utilizado o método histórico-dialético em virtude da complexidade e heterogeneidade que envolve a educação brasileira. Assim, foi realizada uma pesquisa qualitativa a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: 1) levantamento bibliográfico sobre a política de educação no Brasil, dando relevância à análise do modo de produção capitalista em sua especificidade dependente, considerando a obra do sociólogo Florestan Fernandes e seus interlocutores, assim como os traços fascistas presentes no Governo Bolsonaro (2019-2022); e 2) pesquisa documental sobre os principais registros produzidos sobre a educação durante o Governo Bolsonaro (2019-2022), em especial seu Plano de Governo (PSL, 2018); o Programa “Future-se”; o Programa Escola Cívico-Militares e o Programa “Conta pra Mim”.

Os resultados deste estudo foram sistematizados em dois tópicos: 1) repercussões do capitalismo dependente na política de educação; 2) política de educação e os direcionamentos do Governo Bolsonaro; 2.1) Programa “Conta pra Mim”: entre o retrocesso e a desconexão com a realidade; 2.2) Programa Escola Cívico-Militares: controle e repressão; e 2.3) Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (o “Future-se”): o arcaico revestido de moderno. Por último, foram levantadas algumas considerações finais quanto aos resultados obtidos, bem como se refletiu sobre a importância da educação como um direito social de todos e todas.

2 REPERCUSSÕES DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Diante da necessidade de apreender a totalidade que envolve a política de educação no Brasil, bem como a sua execução no contexto do Governo Bolsonaro, é essencial ponderar a posição que a sociedade brasileira se encontra perante o capitalismo mundial; logo, são centrais as reflexões florestanianas sobre a sociedade brasileira. Conforme analisa Fernandes (1995), o Brasil, como também os demais países da América Latina, inserem-se no mundo de forma dependente com relação aos países de capitalismo central. Cardoso (2005) sintetiza que a categoria capitalismo dependente é, simultaneamente, estrutural e histórica.

A primeira característica revela-se em razão do pertencimento brasileiro ao modo de produção capitalista, embora de modo subordinado e dependente. Já a segunda é explicada por estar localizada em uma determinada fase de desenvolvimento capitalista, a monopolista, além de representar a particularidade dependente ou heteronômica¹. Este cenário provoca desdobramentos em toda a sociedade em que se tipifica por uma organização societária marcada pela desigualdade extremada. A partir disso, torna-se notória a dicotomia estabelecida pela sociedade de classes: encontra-se, de um lado, uma classe detentora de renda, prestígio e poder, e de outro, há uma classe excluída das riquezas socialmente produzidas, restando-lhe escassez dos meios de subsistência, exploração e ausência de participação no processo decisório.

Nesse íterim, as posições no globo, isto é, países autônomos e países dependentes, consequentemente, nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, não são causalidades, longe disso, essa conjuntura acontece de maneira proposital. O “*desenvolvimento desigual* não constitui, pois, um acidente de percurso, nem um atraso de algum setor ou região, porque no capitalismo moderno a acumulação do capital é (necessariamente) criadora de desigualdades” (Cardoso, 2005, p. 21, grifos nossos).

Não obstante, vale mencionar o papel exercido pela burguesia local associada à burguesia internacional, de maneira articulada e combinada, promovendo uma dominação duplamente compósita, a fim de explorar os recursos humanos e naturais dos países dependentes com base na apropriação dual² do excedente econômico. Assim, identifica-se que tal aliança é vital para a produção e reprodução do capitalismo local e mundial.

Cabe destacar que esta condição de dependência e subdesenvolvimento alcança todas as esferas da vida e das relações sociais, ou seja, não somente o campo econômico é afetado, mas também o social, o político, o ambiental, e, o cultural, com destaque para o educacional. Logo, o capitalismo em sua faceta dependente ecoa de maneira enérgica na política de educação brasileira, dilatando, assim, as contradições existentes na sociedade de classes.

A educação no Brasil é constituída com base na formação social brasileira, isso significa dizer que é saturada por “[...]resíduos educacionais ou institucionais arcaicos com interesses estamentais ou de classes” (Fernandes, 2020b, p. 113). Por isso, a educação é concebida a partir de uma direção fomentada pela heteronomia cultural em que a produção de conhecimento se distancia de sua função emancipatória, crítica, inventiva, e, sobretudo, autônoma.

Por último, com o intuito de atender aos interesses da classe dominante e por representar “[...] um papel fundamental na produção e reprodução do capital, a partir da formação da força de trabalho, da difusão da concepção burguesa de mundo e como uma área de expansão para a lucratividade do capital” (Prestes, 2020, p. 97), a política de educação, submersa na contradição, propaga-se assente a uma dualidade: “[...] uma escola para os filhos da classe dominante e outra para os filhos da classe trabalhadora” (Paquiella, 2020, p. 215). Em razão disso, dispõe-se enquanto um privilégio de classe em que a classe dominante é beneficiária. Considerando o período recente do Governo de Jair Bolsonaro, como estes fundamentos se singularizaram?

3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E OS DIRECIONAMENTOS DO GOVERNO BOLSONARO

A educação representa uma fonte abundante para auxiliar nas análises dos contextos históricos, uma vez que sinalizam os projetos antagônicos de sociedade que estão em disputa. O Governo Bolsonaro incorpora em suas ações e programas direcionados à política de educação um desses projetos, o qual coaduna os interesses privatistas e ultraconservadores da classe dominante. Desse modo, o Governo Bolsonaro armado de seu aparato neofascista³ apropria-se da educação para oferecer prosseguimento aos interesses das frações da burguesia internacional associadas à burguesia local.

O movimento neofascista presente no Governo Bolsonaro (2019-2022) está explícito no seu próprio Plano de Governo produzido, em sua campanha eleitoral de 2018, pelo Partido Social Liberal (PSL), cujo título foi “*O caminho da prosperidade*” (PSL, 2018). Este plano traduz a condução perversa, antidemocrática e não propositiva do bolsonarismo que se instalou no país (Martins, 2023).

No que tange ao aspecto ultraconservador, o Plano de Governo revela sua peculiaridade fascista a partir da perseguição de opositores políticos e ideológico, como descrito no trecho em que diz que é preciso “expurgar a ideologia de Paulo Freire” (PSL, 2018, p. 46) dos espaços educacionais. Outrossim, recomenda que “conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE” (PSL, 2018, p. 41, grifos do autor). Nessa lógica, não há propostas de fato transformadoras, o Plano de Governo objetiva

cercear liberdades de pensamento, assim como conter a diversidade humana e aprisioná-la nos padrões rígidos do mundo burguês.

No que diz respeito ao ultraneoliberalismo do Governo Bolsonaro, o seu Plano (PSL, 2018) evidencia o enaltecimento do ensino privado em detrimento do ensino público, especialmente no campo da educação superior. Isso ocorre, principalmente, via cortes orçamentários: segundo a ADUnb (2021), o governo Bolsonaro reduziu, em 2021, em quase R\$ 5 bilhões o orçamento do Ministério da Educação. Por fim, aliados aos interesses da burguesia, o Governo Bolsonaro fomentou as ideologias do mercado como o empreendedorismo, a competitividade, e a produtividade, assim como a propagação do Ensino à Distância, conforme descrito em seu Plano de Governo:

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas *com a iniciativa privada*. Fomentar o *empreendedorismo* para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. *Educação à distância*: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. Deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde as grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais (PSL, 2018, p. 46, grifos nossos).

Nessa lógica, o Governo Bolsonaro orientou-se com base em ações e programas que fragilizaram e debilitaram a concepção e a lógica de uma educação laica, gratuita e emancipatória, como um direito social, intensificando o padrão dependente educacional brasileiro (Duarte, 2020). Como resultado, dá continuidade ao atendimento dos interesses e demandas mercantis da classe burguesa e suas frações, precarizando tanto a política de educação, quanto as condições de trabalho dos trabalhadores da educação e das demais políticas públicas.

Em função disso, nota-se que a educação, enquanto um direito de todas e todos, e como dever do Estado, vivenciou nos últimos quatro anos (2019-2022), inúmeros ataques materiais e ideológicos, concretizados por Programas e ações governamentais que visavam à destruição da educação pública, seja por meio de cortes orçamentários, privatizações e/ou via controle ideológico. Sem a pretensão de esgotar este debate em tão poucas linhas, a partir do próximo tópico será realizada uma breve análise dos principais programas, e das suas contradições, direcionados à educação no período do Governo Bolsonaro.

3.1 Programa “Conta pra mim”: entre o retrocesso e a desconexão com a realidade

O Programa “Conta pra Mim” foi uma ação do Ministério da Educação, durante o Governo Bolsonaro, direcionada à educação infantil, ou seja, às crianças de zero a seis anos de idade. Este Programa, difundido por meio da Portaria nº 421 de 2020 (Brasil, 2020a), cujo objetivo central foi “orientar, estimular e promover práticas de literacia familiar⁴ em todo o território nacional” (Brasil,

2020a), representou a materialização do retrocesso da política de alfabetização e, conseqüentemente, a fragilização da educação básica pública. Além disso, exemplificou o desconhecimento ou a tentativa de mascaramento, por parte classe dominante local, acerca do cotidiano vivenciado pela maioria das famílias brasileiras.

Com fundamento nisso, é essencial citar os princípios do Programa publicizados na Portaria em questão:

Art. 5º São princípios do Programa Conta pra Mim: I - o reconhecimento da família como ator fundamental para o sucesso educacional dos filhos; II – o incentivo ao trabalho voluntário para a realização de atividades ou para a participação de projetos voltados à promoção das práticas de literacia familiar; [...] e V - a priorização de famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica (Brasil, 2020a).

A breve análise do conteúdo acima revela as intencionalidades do Governo Bolsonaro para com a política de educação, isto é, elucidam os interesses de aprofundamento do processo de desresponsabilização do Estado na garantia de direitos e, em contrapartida, incitam a responsabilização das famílias e da sociedade. Em consonância com o recurso da contrarreforma⁵ do Estado utilizado pela burguesia local, o Governo Bolsonaro impulsionou o processo de privatização e flexibilização dos direitos trabalhistas que precarizaram, ainda mais, as condições de trabalho, como exposto no Programa a partir do estímulo ao trabalho voluntário.

No inciso V, ao posicionar as famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica como público prioritário do Programa, realça-se a característica desconexa do Programa em relação à realidade, visto que a prática de Literacia Familiar, pretendida pelo “Conta pra Mim”, demanda condições materiais e objetivas das famílias que não condizem com o panorama brasileiro, marcado por múltiplas expressões da questão social, reveladoras de extrema desigualdade social, econômica, cultural e política que objetivamente atravessam o cotidiano deste público-alvo.

A formação social brasileira como resultado de um processo histórico circunscrito pelo trabalho escravo e, portanto, pelo racismo como elemento estruturante, pelo patriarcado e pela lógica dependente/heteronômica, proporciona um ambiente incompatível com as proposições do Programa. Esses fundamentos promovem a violência e a exclusão de uma fração volumosa das famílias brasileiras, no que se refere a diversos direitos e espaços, inclusive no campo da educação. Isto fica evidente na reportagem do Correio brasiliense: a “população negra tem menos acesso à educação, saneamento e energia, e apresenta as maiores taxas de homicídio, se comparada com a população branca” (Rios, 2020, *online*). Ademais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, “o Brasil tem mais de 11 milhões de mulheres que são as únicas responsáveis pelos cuidados com filhos e filhas. 63% das casas chefiadas por mulheres estão abaixo da linha da pobreza” (Lacerda, 2022, *online*).

Assim, é notório que desejar que as famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo, as mães, estejam disponíveis e com condições materiais, físicas e mentais para se encarregarem dos anseios propostos pelo programa é, no mínimo, incongruente com a concretude da realidade brasileira (Martins, 2023).

Em síntese, o Programa “Conta pra Mim” evidencia um constante retrocesso que a política de alfabetização e a educação como um todo enfrentam diariamente, especialmente durante o Governo Bolsonaro. Apesar de que seja reconhecida a relevância da família e da sua interação com as crianças, a fim de proporcionarem atividades que estimulem o desenvolvimento da criança, a prática de “Literacia Familiar”, enquanto política pública, menospreza as funções da escola e desvaloriza os profissionais da educação que se dedicaram com o rigor teórico-metodológico para desempenharem as atribuições e as competências que envolvem o processo educacional de alfabetização, diante da relação ensino aprendizagem.

3.2 Programa Escola Cívico-Militares: controle e repressão

Sem demora, já no primeiro ano de mandato do Governo Bolsonaro, foi anunciado o Plano Nacional das Escolas Cívico-Militares⁶- PECIM- que intencionava implementar no país o modelo de educação cívico-militar, até 2023, em 216 escolas do país. Contudo, o Programa somente obteve concretude após o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (Brasil, 2019a) que o instituiu, com base no Art. 1º: “o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM tem como finalidade promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio” (Brasil, 2019a).

Nesse sentido, esse artigo, associado ao Art. 4º do mesmo Decreto, em específico o inciso VIII que determina a pretensão de “contribuir para a redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares” (Brasil, 2019a), refletem o direcionamento neofascista do Governo Bolsonaro. Isto porque, concomitantemente aos anseios ultraneoliberais e ultraconservadores, utilizam-se dos argumentos do baixo desempenho das escolas públicas civis, como também das altas taxas de violências nesses espaços educacionais, de maneira ostensivamente deturpada da realidade, com a finalidade de promover o controle político e ideológico da educação pública brasileira.

O argumento utilizado pelos defensores do PECIM, no que consiste ao desempenho escolar, está vinculado ao projeto ultraneoliberal da classe dominante; logo, conecta-se às ideologias do mercado de competitividade e produtividade, uma vez que tem como base a comparação de resultados obtidos em provas, como por exemplo no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre os discentes de escolares militares e os de escolas regulares públicas. Todavia, esta comparação é

incongruente com a realidade, já que esses modelos de escolas não estão dispostos em condições igualitárias.

Os apontamentos realizados pelos partidários do processo de militarização, como publicado no documento “Compromisso Nacional pela Educação Básica”, afirmam que “o insucesso escolar na educação básica é um problema concentrado na rede pública de ensino” (Brasil, 2019b), desconsiderando as reais razões que indicam o baixo rendimento escolar nas escolas regulares, quando comparado às escolas militares. Ou seja, estes resultados não decorrem somente em virtude da rede pública de ensino, mas sim da complexidade de determinantes sociais que ultrapassam os muros das escolas, como por exemplo: “1) a origem social dos discentes; 2) a forma de ingresso nas instituições; 3) os recursos públicos destinados às escolas; 3; e, por fim, 4) a infraestrutura do ambiente escolar” (Martins, 2023, p.66). Vale frisar que em um país de capitalismo dependente as desigualdades são acentuadas em todas as esferas da vida social e isso, decerto, reflete no desempenho escolar dos discentes. Desse modo, as escolas militares são formadas por discentes oriundos de famílias com um perfil socioeconômico elevado, já que grande parte das matrículas são destinadas aos dependentes dos membros das Forças Armadas brasileiras, diferente das escolas regulares, sobretudo, as localizadas em territórios de vulnerabilidade socioeconômica.

Nas escolas militares somente uma parcela mínima das vagas é reservada ao público comum que é submetido a um rigoroso processo seletivo bastante concorrido. Por outro lado, as escolas regulares possuem o acesso amplo e universal, ou seja, não há exigências de pertencimento às famílias de militares, tampouco necessita da realização de provas para acessarem o direito à educação básica.

Quanto aos recursos, as escolas militares recebem verbas provenientes tanto do orçamento público, principalmente do Ministério da Defesa, mas também de fontes privadas com base na cobrança de taxas dos responsáveis pelos discentes. “Enquanto o investimento médio por aluno em escolas públicas civis é de aproximadamente R\$ 6 mil por ano, os treze colégios militares federais recebem três vezes mais, R\$ 19 mil ao ano” (Pinheiro, Pereira, Sabino, 2019, p.679). Como efeito disso, a infraestrutura das escolas militares é muito mais elevada quando comparada com as escolas públicas regulares.

Sob outro enfoque, há também o argumento dos favoráveis ao Programa que se fundamenta nos índices de violência escolar tanto dentro do ambiente educacional quanto nos territórios que circunscrevem as escolas. Assente ao constante medo dos familiares e dos profissionais da educação em razão da insegurança estabelecida no ambiente escolar, os defensores do PECIM instigam o endurecimento de regras disciplinares com base no entendimento de que a violência é um problema individual e localizado em áreas de maior vulnerabilidade e decorre da ausência de

obediência e disciplina. Contudo, é preciso compreender a violência como uma expressão da questão social, já que

[...] a violência é produzida socialmente, uma vez que há múltiplas determinações, como o elevado número de pessoas desempregadas; a ausência do Estado no cumprimento de suas responsabilidades e de políticas públicas para atender a grupos sociais economicamente desprivilegiados. (Silva, Veiga, Fernandes, 2020, p. 8).

Por isso, a violência não pode ser cimentada em uma análise funcionalista e, consequentemente, como um problema de polícia. Aliás, deve-se problematizar que policiais são esses que atuarão nas escolas, visto que, de maneira contraditória, a polícia brasileira é a instituição mais violenta do mundo. Conforme reportagem da Folha de São Paulo, no primeiro semestre de 2023, a polícia brasileira assassinou, em média, 18 pessoas por dia (Dias, 2023, *Online*). Ademais, não por coincidência, o público-alvo do PECIM são, majoritariamente, as principais vítimas da violência policial em território brasileiro. Segundo dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “dos 6.220 registros de mortes por intervenções policiais, 75,4% eram pessoas negras” (Gragnani, 2020, *Online*). Cabe ainda ressaltar que “77,9% vítimas tinham entre 15 e 29 anos de idade” (Gragnani, 2020, *Online*).

Em conclusão, o PECIM intencionava negar o direito à educação pública, gratuita, de qualidade, laica e diversa, por intermédio de um Programa com fundamentação teórico e metodológica imersa em um direcionamento ideológico e político ultraconservador que pretendia padronizar comportamentos a partir do controle dos corpos e mentes dos estudantes da educação básica, assim, apagando e silenciando as individualidades humanas. Nessa perspectiva, também esboça a sua característica ultraneoliberal, diante do objetivo de destruir a concepção de educação pública, por meio de uma educação pautada em resultados e em um padrão de qualidade de ensino sustentado em *rankings* de desempenho; assim, exige-se da escola uma produtividade exaurida, de fato, de conhecimento crítico (Martins, 2023).

3.3 Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – “Future-se”: o arcaico revestido de moderno

No que se refere à educação superior, o Programa de maior repercussão durante o Governo Bolsonaro foi o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, conhecido como “Future-se”. Esse simboliza com clareza a intencionalidade de desmonte da educação superior pública mediante a submissão das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) aos imperativos do mercado, revigorando e revitalizando interesses da classe dominante, ainda que

antigos, mas sob uma máscara de modernidade. Isso ocorre a partir da articulação do Governo Federal com o setor privado, com a finalidade de desresponsabilizar o Estado no que tange, especialmente, ao financiamento das atividades nas IFES.

Sob a gestão do ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, o “Future-se” foi lançado em julho de 2019, porém, tanto pelo teor do Programa quanto pela forma autoritária que foi colocada à comunidade acadêmica, tal programa enfrentou bastante resistência. Isso acarretou a alteração do Programa, o qual passou por quatro versões até chegar ao Projeto de Lei nº 3076/2020 (Brasil, 2020b). Não obstante, apesar de algumas modificações, o objetivo de introduzir uma cultura empreendedora, com o intuito de mercantilizar a educação pública, permaneceu intacto.

O Future-se, associado à gestão neofascista do governo Bolsonaro, ambicionou, na verdade, desestruturar a educação superior pública mediante a atuação nos eixos: 1) pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; 2) Empreendedorismo; e 3) internacionalização (Brasil, 2020b). Dito isso, cabe exibir os objetivos referenciados no PL 3076/2020 (Brasil, 2020b):

I - Incentivar fontes privadas adicionais de financiamento para projetos e programas de interesse de universidades e institutos federais; [...] III - fomentar a cultura empreendedora em projetos e programas destinados ao ensino superior; IV - Estimular a internacionalização de universidades e institutos federais.

O incentivo expresso a fontes privadas de financiamento para o desenvolvimento das atividades nas universidades que envolvem, principalmente, o tripé ensino, pesquisa e extensão, produz e reproduz os anseios da lógica dependente e da heteronomia cultural. Isto porque provoca a hierarquização das áreas de conhecimento e, como resultado, a subalternização de campos como o das ciências humanas e sociais, já que as áreas que atendem aos interesses do capital e da burguesia local e internacional são as que fornecem retorno monetário e imediato ao mercado, sendo estas últimas as que serão financiadas pelo setor privado.

Portanto, transcorre o desestímulo à produção de conhecimento crítico, criativo e inventivo, a partir do ataque à autonomia universitária por meio dos cortes orçamentários e da desresponsabilização do Estado. Segundo análises de Costa (2020, p. 316), a associação com as “empresas acabaria por naturalizar o desenvolvimento desigual das áreas do conhecimento, pois os recursos trazidos pelo Future-se teriam destinação específica de acordo com os interesses dos fundos patrimoniais”. Assim, tais objetivos estão em conflito com os próprios direitos definidos na Constituição Federal de 1988, especialmente o Art. 207 que assegura a autonomia universitária: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988).

Com relação à temática do empreendedorismo, o “Future-se” exemplifica as expressões nítidas dos traços ultraneoliberais do Governo Bolsonaro. Ao considerar às contrarreformas do Estado que desregulam legislações sociais e trabalhistas, a partir da flexibilização e precarização do trabalho, tal programa contribui para o incentivo à ideologia da individualização e da responsabilização do trabalhador para criar meios para sua subsistência sem qualquer responsabilização do Estado. Nestes termos, Lima (2019, p.34, grifos nossos) sintetiza que o “Future-se”

[...] trata-se do aprofundamento de um modelo de financiamento (privado) e de gestão (empresarial) que ressignifica as funções político-pedagógicas da educação pública, esvaziando o sentido de *produção e socialização do conhecimento crítico e criativo* e a busca de *soluções para os problemas sociais urgentes de um país capitalista dependente*, substituídos pela venda de serviços educacionais e de bens imobiliários das instituições públicas e pelo investimento no lucrativo mercado financeiro.

No que se refere ao eixo da internacionalização, o “Future-se” “reforça a compreensão de uma país inserido na dinâmica mundial de forma dependente e ordenado pelos interesses da burguesia internacional” (Martins, 2023, p.75). Destarte, é evidente a orgânica relação entre o Plano de Governo de Bolsonaro (PSL, 2018) com o “Future-se”. Conforme expõem Duarte e Martins (2022), o “Future-se” é a concretização de uma parte significativa dos anseios almejados pelo Plano de Governo de Bolsonaro. Em primeiro lugar, vale realçar que ambos os documentos visam o desmonte da educação superior pública, com fundamento no objetivo de submeterem as IFES aos interesses do mercado, utilizando-se de ferramentas antigas, como a privatização e a mercantilização da educação, a fim de deslocar a educação do campo do direito para o da mera mercadoria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto e ainda que o intuito não tenha sido o esgotamento das reflexões, é concebível localizar o Governo Bolsonaro, assim como suas ações e Programas direcionados à educação, no campo das expressões congruentes com o neofascismo, uma vez que foram verificadas sucessivas aproximações entre os Programas analisados e as orientações ultraneoliberais e ultraconservadoras. O Governo Bolsonaro foi marcado pela defesa intransigente dos interesses da classe dominante local e internacional, em associação, especialmente no que tange aos propósitos de privatização e precarização de todos os direitos, sobretudo, quanto à educação no Brasil.

Ademais, no interior dos espaços da educação pública foram incentivadas e promovidas formas de controle dos corpos e mentes dos estudantes com a finalidade de desarticular quaisquer movimentos que lutem e defendam a democracia, a pluralidade e as expressões da diversidade humana. Nessa perspectiva, as obras florestanianas auxiliaram de maneira contundente para a análise

dos Programas e contribuíram, assim, para a compreensão da totalidade da realidade brasileira e da política de educação no contexto do Governo Bolsonaro.

Para finalizar, é necessário reconhecer o papel estratégico da política de educação para a luta de classes. Isto porque ela representa um espaço auspicioso para a concretização de uma democracia de fato participativa e estimuladora da emancipação humana, em especial para a classe trabalhadora. A partir da luta em defesa de uma educação pública, gratuita, universal, criativa, inventiva, presencial e autônoma novos horizontes poderão ser alcançados na perspectiva de uma outra sociabilidade.

REFERÊNCIAS

ADUnB. Associação dos Docentes da Universidade de Brasília. **Educação é a área mais atingida pelos cortes de Bolsonaro**. Brasília: ADUnB, 2021. Disponível em:

<https://www.adunb.org/post/educa%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-a-%C3%A1rea-mais-atingida-pelos-cortes%20deBolsonaro>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Portaria nº 421 de 23 de abril de 2020**. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. Brasília: Ministério da Educação. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - FUTURE-SE**. Brasília: MEC, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>. Acesso: 05 maio 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019a**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Compromisso Nacional pela Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/11.07.2019_PPT-Café-da-manhã-EB-converted.pdf. Acesso em: 01 jan. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org.) **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EDUFF, 2005. p. 07-40.

CISLAGHI, Juliana; DEMIER, Felipe. O desigual e combinado Brasil sob o neofascismo de Bolsonaro. *In: O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 11-17.

COSTA, Regis. Eu vejo o futuro repetir o passado: o Future-se e a agenda empresarial para a educação superior pública. *In: (Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço neoconservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, p. 307-330, 2020.

DUARTE, Janaína; MARTINS, Thales. Política de educação superior entre 2019-2021: ações governamentais e desafios com o Covid-19. *In: Anais do XVII ENPESS*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2022.

DIAS, Paulo. Polícia matou 18 pessoas por dia no Brasil; RJ e BA concentram 43% dos casos. **Folha de São Paulo**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/mortes-causadas-por-policiais-caem-1-no-brasil-rj-e-ba-concentram-43-dos-casos.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2023.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Notas sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. *In: LIMA, Kátia (org.). Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 77-93.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kottler Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020a.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: Reforma ou Revolução? 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020b.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

GRAGNANI, Juliana. O desfecho de cinco casos emblemáticos de mortos pela polícia no Brasil. **BBC News Brasil**, Londres, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52985308>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LACERDA, Nara. Cartórios registram crescimento de mães solo no Brasil em cinco anos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/09/cartorios-registram-crescimento-de-maes-solo-no-brasil-em-cinco-anos>. Acesso em: 12/01/2023.

LIMA, Kátia. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. *In: Revista Universidade e Sociedade*. Ano XXIX. Edição Especial América Latina, out. 2019. Brasília: ANDES/SN, 2019, p. 8-39.

MARTINS, Thales. **Governo Bolsonaro e Educação**: da privatização orquestrado ao projeto ultraconservador. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2023.

PAQUIELLA, Larissa. Dualidade educacional, Institutos Federais e Territórios: um debate necessário. *In: LIMA, K. R. de S. (Org.). Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 211-228.

PINHEIRO, Daniel; PEREIRA, Rafael; SABINO, Gerusa. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n.3, p. 667 - 688, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/95957>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PRESTES, Livia. A crise na universidade pública como elemento estruturante da educação superior no Brasil. In: LIMA, Kátia (org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 95-110.

PSL. Partido Social Liberal. **O caminho da prosperidade**. Proposta e Plano de Governo, Bolsonaro 2018. Brasília: PSL, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em 22 maio 2023.

RIOS, Renata. Negros são mais atingidos por analfabetismo e saneamento inadequado. **Correio Braziliense**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/09/4878895-disparidade-antes-mesmo-da-pandemia.html>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SANTOS, Catarina; ALVES, Miriam; MOCARZEL, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 580-591, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S244741932019000300580&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILVA, Edileuza; VEIGA, Ilma; FERNANDES, Rosana. Militarização e Escola sem Partido: repercussões no projeto político-pedagógico das escolas. **Revista Exitus**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 1-26, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1485>. Acesso em: 25 jan. 2023.

Notas

¹ De acordo com Duarte (2020), a categoria Heteronomia, em Florestan Fernandes, é definida pela relação dialética entre o par heteronomia/autonomia. Dessa forma, a particularidade da heteronomia está em oposição à autonomia e revela a “capacidade ou não de decisão, direção e gestão do processo de produção e de reprodução do capital nos países” (Duarte, 2020, p. 79).

² Conforme Fernandes (2020a, p. 290), a apropriação dual ocorre “a partir de dentro, pela burguesia nacional; e, a partir de fora, pelas burguesias das nações capitalistas hegemônicas e por sua superpotência - exerce tremenda pressão sobre o padrão imperializado (dependente e subdesenvolvido) de desenvolvimento capitalista, provocando uma hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa”.

³ O neofascismo presente no Governo Bolsonaro combina a “perfeitamente ultraneoliberalismo econômico e ultraconservadorismo” (Cislighi, Demier, 2019, p.12).

⁴ O conceito de “Literacia Familiar” é sintetizado no Art. 3º, inciso III da portaria nº 421 de 2020, entendido como “conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores” (Brasil, 2020a).

⁵ As contrarreformas do Estado brasileiro de natureza neoliberal marcaram a década de 1990 e desempenharam uma função de desmonte e destruição do Estado “numa espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva

à lógica do capital. Revelou, sem surpresas, a natureza pragmática, submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras” (Behring; Boschetti, 2011, p. 151).

⁶ Cabe sublinhar que a nomenclatura Escola Cívico-Militares representou uma inovação do Governo Bolsonaro, posto que até o momento nenhuma escola militarizada utilizava tal terminologia. Embora o processo de militarização das escolas públicas não se inicie com o Governo Bolsonaro e a gestão do ex-ministro da educação Ricardo Vélez em 2019. Segundo Santos, Alves, Mocarzel e Moehlecke (2019), a expansão do processo de militarização das escolas públicas teve início na década de 1990 no estado de Goiás.